



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10166.013229/2003-26

Recurso nº. : 143.331

Matéria : IRPJ e OUTRO – EX.: 1997

Recorrente : FERRAZ ADMINISTRAÇÃO E CONSÓRCIOS LTDA.

Recorrida : 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF

Sessão de : 24 DE FEVEREIRO DE 2006

Acórdão nº. : 108-08.747

SALDO NEGATIVO IRPJ E CSLL - COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA. O saldo negativo do IRPJ e da CSLL, somente podem ser compensados com tributos dentro do prazo legal de 05(cinco) anos de acordo com o inciso I do artigo 168 do Código Tributário Nacional. Assim opera a decadência do direito desta compensação/restituição após o decurso do prazo a partir do fato gerador, eis que se trata de tributos autolançados pagos antecipadamente conforme § 4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional. A Lei Complementar nº118 de 09/02/2005, no artigo 3º deixou claro que a restituição prevista no artigo 168 inciso I do Código Tributário Nacional deve levar em consideração para fins de estabelecer o prazo limite do direito ao pedido, que a extinção do crédito tributário ocorre, no momento do pagamento antecipado.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por FERRAZ ADMINISTRAÇÃO E CONSÓRCIOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

DORIVAL PADOVANI
PRESIDENTE

MARGIL MOURÃO GIL NUNES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 27 MAR 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA, IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, FERNANDO AMÉRICO WALTHER (Suplente Convocado) e JOSÉ HENRIQUE LONGO. Ausentes, Justificadamente, os Conselheiros NELSON LÓSSO FILHO, KAREM JUREIDINI DIAS e JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA FONSECA.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10166.013229/2003-26

Acórdão nº. : 108-08.747

Recurso nº. : 143.331

Recorrente : FERRAZ ADMINISTRAÇÃO E CONSÓRCIOS LTDA.

R E L A T Ó R I O

A empresa FERRAZ ADMINISTRAÇÃO E CONSÓRCIOS LTDA., teve indeferido seu pedido de compensação de Saldo Negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Saldo Negativo de Contribuição Social S/ Lucro Líquido com débitos relativos ao IRPJ e CSLL formulado em 20/11/2003, fls.01/02.

Em 19/08/2004 foi prolatado O Acórdão DRJ/BSA nº.10.762, fls. 73/75, prolatado pela Autoridade Julgadora “a quo” que indeferiu o pedido de restituição/compensação da contribuinte, assim ementado:

“Restituição / Compensação. Decadência.

O direito de pleitear a restituição/compensação de saldo negativo de tributo ou contribuição apurado na declaração, extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados do encerramento do período ou da data da entrega da declaração.”

Cientificada da decisão de primeira instância em 24/09/2004 e novamente irresignada, apresentou seu recurso voluntário, protocolizado em 22/10/2004, em cujo arrazoado de fls. 78/84 repisa os mesmos argumentos expendidos na peça impugnatória, ou seja:

Em 30/04/2003 foram apresentados processos visando a revisão de débitos inscritos na DAU – Dívida Ativa da União;

Foram apresentadas DIRPJ retificadoras, sendo que na 1^a Declaração Retificadora, por erro não foram incluídas as compensações que já haviam sido lançadas na DIPJ Original, sendo que, quando da inscrição dos débitos na DAU, a interessada percebeu o erro e procedeu a 2^a Retificadora em 30/04/2003, e o auditor que analisou o processo não levou em consideração que as





**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10166.013229/2003-26

Acórdão nº. : 108-08.747

compensações já haviam sido feitas à época em que a interessada gozava de direitos de compensar os pagamentos;

Após o indeferimento obteve orientação do Auditor do Plantão Fiscal para pagar os débitos inscritos no DAU e que a empresa realizasse a compensação dos débitos, o que foi novamente indeferido;

Que o Conselho de Contribuintes vem orientando que o prazo decadencial para se pleitear restituição/compensação é de 10 anos contados do fato gerador, colacionando ementas de diversos acórdãos deste Conselho em sua salvaguarda.

Não houve arrolamento de bens e direitos por tratar-se de pedido de compensação de débitos.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. H. P." or a similar variation.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10166.013229/2003-26
Acórdão nº. : 108-08.747

V O T O

Conselheiro MARGIL MOURÃO GIL NUNES, Relator

O recurso preenche os requisitos de sua admissibilidade, e dele tomo conhecimento.

Pela análise dos autos, verifico que não assiste razão a contribuinte.

Este Egrégio Conselho já firmou posicionamento de que com relação aos tributos pagos antecipadamente, sujeitos à ulterior homologação, que é o caso dos autos, o prazo decadencial para o pedido de restituição e ou compensação de valores pagos à maior ou indevidamente, decorre em 05 (cinco) anos a contar do fato gerador.

O que conta no caso dos autos não é a situação de erro de fato na entrega da DIRPJ retificadora (1ª Retificadora) como alegado pela contribuinte, é que, o saldo negativo do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL, só poderia ser restituído/compensado com débitos destes tributos somente até 31/12/2001, ou mesmo, na melhor das hipóteses e 30/04/2002 se considerada a entrega da declaração em 30/04/1997.

O pedido de compensação foi feito em 28/11/2003, prazo este já fulminado pela decadência do direito de pleitear restituição/compensação conforme o inciso I do artigo 168 do código Tributário Nacional.

Nota-se que a contribuinte declarou que somente em 30/04/2003 apresentou DIRPJ Retificadora, portanto, nesta data também o prazo já se havia expirado.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10166.013229/2003-26

Acórdão nº. : 108-08.747

A Lei Complementar 118/05 veio interpretar o artigo 168 do Código Tributário Nacional deixando claro que no caso de tributos pagos antecipadamente, o prazo para pedir restituição conta a partir do pagamento antecipado do tributo efetuado à maior ou indevidamente.

Portanto, não há como deferir o pleito de compensação da contribuinte, devendo assim ser mantido o indeferimento de primeira instância.

É o voto.

Sala das Sessões(DF), em 24 de fevereiro de 2006.

A handwritten signature in cursive script, appearing to read 'Margil Nunes'.
MARGIL MOURÃO GIL NUNES

A handwritten signature in cursive script, appearing to read 'MARGIL MOURÃO GIL NUNES'.